CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1160/86

INTERESSADA : Sandra Sueli Celano Santos

ASSUNTO : Indicação da interessada para ministrar as disciplinas "Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar I e II", renovação da autorização para ministrar a disciplina "Administração em Enfermagem de Centro Cirúrgico" e convalidação de atos docentes , na FEO de Araras.

RELATOR : Consº Celso de Rui Beisiegel

PARECER CEE Nº 08/90

CTG"D" APROVADO EM 30.01.90

COMUNICADO AO PLENO EM 06.12.89

1. HISTÓRICO

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Araras submete a aprovação do Conselho a indicação de Sandra Sueli Celano Santos para, na categoria docente de Professor I, ministrar as disciplinas "Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar I e II" , ao mesmo tempo em que solicita a renovação da autorização para que continue a lecionar a disciplina "Administração em Enfermagem de Centro Cirúrgico" para qual foi aprovada pelo Parecer CEE nº 62/87, até o final do ano letivo de 1988. Solicita, também, a convalidação dos atos docentes praticados a partir de 06.03.89 até esta data, informando que o presente pedido está sendo feito fora do prazo, devido a entraves burocráticos.

2. APRECIÇÃO

A interessada é portadora das diplomas que lhe conferiram os títulos de Enfermeiro e de licenciada em Enfermagem, expedidos, em 1983 e 1984, pela Faculdade proponente, constando de seu histórico escolar as disciplinas que está ministrando

Participou de cursos, congresso, semana de estudos, jornada, treinamento , referentes à sua área de atuação e prestou serviços, como estagiária, perfazendo um total de 290 horas, junto à Santa Casa de Misericórdia de Cambuí, em 1982.

Ao atual pedido, a escola juntou os seguintes comprovantes:

1. certificado da Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo de que a interessada freqüentou orna aproveitamento o Curso de Especialização em Administração Hospitalar, realizado no perío-

do de maio de 1986 a julho de 1987, com 650 horas-aula;

2. certificado da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Araras de que participou da Semana Integrada de Estudos, no período de 23 a 28 de maio de 1988, cujo tema abrangeu "AIDS ATUAL", como organizadora.

- A nova grade horária apresentada é compatível com a Deliberação CEE n° 10/86. A indicada ministra um total de 10 aulas semanais, na Faculdade proponente.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE n° 05/80, reconhece-se a qualificação de Sandra Sueli Celano Santos para lecionar, na categoria docente de Professor I, a disciplina "Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar I e II" e para continuar lecionando a disciplina "Administração em Enfermagem de Centro Cirúrgico" na Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Araras, convalidando-se os atos escolares realizados a partir de 06.03.89.

A contratação, de responsabilidade da FEO de Araras, tem caráter excepcional, em regime de CLT, consoante o art. 37 da Constituição Federal.

São Paulo, 30 de agosto de 1989.

a) Cons^o Celso de Beisiegel
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRSU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. O Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido, nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Elmara Lúcia de Oliveira Bonini, Eurico de Andrade Azevedo, João Gualberto de Carvalho Meneses, Newton César Balzan e Ubiratan D'Ambrósio.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 06/12/89.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel
Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CEE Nº 08/90

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art.37 da Constituição Federal de 05/10/88 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de provas e títulos..." (inciso II). Os estabelecimentos de ensino superior municipais (públicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional.

Somos de opinião de que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1. a sustação da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80 ;
2. solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os às normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias.
3. que enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam docentes em casos de substituição por tempo determinado.
4. que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contrários dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

Autor